

Ata da 275ª Reunião do CMAS, a terceira do ano corrente em caráter Ordinário, realizada aos dezoito dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e seis, às nove horas, na Sala dos Conselhos Vinculados à Assistência Social, situada ao térreo da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Promoção da Cidadania (SDSP), no endereço Praça Guarda Marinha Greenhalgh, s/n, bairro São Bento, Angra dos Reis. Participam da Reunião doze conselheiros, a saber: a titular Ana Elisa de Almeida Araújo Rosa (SDSP); a titular Jamilly Trindade dos Anjos Albano; a suplente Adriana da Costa Rodrigues (Secretaria Municipal de Urbanização, Parques e Jardins); a suplente Aline de Oliveira Souza (Secretaria Municipal de Articulação Governamental); a titular Rosemary Costa da Conceição (titular pela Secretaria Municipal de Agricultura, Aquicultura e Pesca); a suplente Vanessa Etelvino Faria (Secretaria Municipal de Educação, Juventude e Inovação); a titular Elisângela Lúcia da Silva (Associação Pestalozzi de Angra dos Reis); a suplente Luciana Peres Barga Praça (Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio); a titular Angélica Rosimeri Ferreira Ramos (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE); a titular Vanessa Ferreira Queiroz (Representante dos Trabalhadores do SUAS); a titular Maria Cristina dos Reis Silva Carvalho (Representante dos Usuários da Proteção Social Básica/CRAS da Nova Monsuaba); a titular Nayara Narcizo Rodrigues (Representante dos Usuária da Proteção Social Básica/CRAS do Belém). Além dos conselheiros, participam Lucineide Maria Josué Lima da Silva (Departamento de Controle Interno da SDSP) e Vanessa Trindade Teixeira (técnica da Secretaria Executiva do CMAS). A Reunião tem como **Pauta única: Apreciação e deliberação sobre a Prestação de Contas do Ordenador de Despesas do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS (a gestão municipal da Política Pública de Assistência Social), referente ao ano de 2025, para apresentação ao TCE-RJ. A Presidente do CMAS, Elisângela Lúcia da Silva, abre a Reunião, passando a fala à Lucineide da Silva para apresentação de dois documentos, a saber: “Relatório Resumido Anual da Gestão”, referente à Unidade Gestora “Fundo Municipal de Assistência Social”, do Exercício de 2025; “Demonstrativo da Execução Orçamentária e Financeira”, referente à Gestão do Fundo Municipal de Assistência Social, do Exercício 01/01/2025 a 31/12/2025. Como de praxe, Lucineide da Silva explica que a gestão do Fundo Municipal tem por obrigação prestar contas ao Município, Estado e Governo Federal. Neste período do ano, acontece, anualmente, a Prestação de Contas da gestão dos Fundos do Idoso, da Criança e Adolescente, e da Assistência Social, a qual segue à apreciação da Controladoria do Município e do TCE/RJ. Com base no Relatório Anual da Gestão, o orçamento inicial do FMAS para o ano de 2025 foi de R\$ 14.651.000,00, e o orçamento final foi de R\$26.323.799,45, havendo, portanto, um crédito adicional de R\$ 11.672.799,45. A receita arrecadada alcançou a cifra de R\$ 3.723.967,25, dentre a qual R\$ 2.086.944,85 correspondem a Transferências da União, R\$ 794.240,00 são de Transferências do Estado, R\$ 829.363,28 provém de Juros de aplicação, e R\$ 13.419,12 são provenientes de outras receitas correntes, totalizando R\$ 3.723.967,25. O total de despesas empenhadas foi de R\$ 22.161.934,06, o total de despesas pagas foi de R\$ 19.748.177,83, e os Restos a Pagar foram de R\$ 129.043,14. Segundo Lucineide, “despesas empenhadas” referem-se a notas de empenho, que garantem aos fornecedores que determinada despesa seja paga. Os Restos a Pagar referem-se aos produtos adquiridos no final do Exercício, cujo pagamento tende a ser gerado no Exercício seguinte. Inclui-se, aí, os aluguéis dos equipamentos (das unidades), cujo prazo de pagamento costuma cair no fim do mês, fazendo com que, no mês de dezembro, só seja efetuado no mês de janeiro do ano seguinte. Conforme Balanço financeiro, os saldos, em espécie, provenientes do exercício anterior foram de R\$ 5.188.197,90, e os que se transferem para o exercício seguinte (2026) são de R\$ 6.660.382,37. O montante do FMAS é composto por receitas dos três entes federativos (União, Estado e Município). Como já explicado nas Reuniões de Prestação de Contas dos anos anteriores, a maior parte da receita do FMAS provém de orçamento do Município, somando-se 3 milhões dos repasses federal e estadual. Lucineide enfatiza a responsabilidade e seriedade com que a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social vem gerindo as despesas com os programas, serviços e benefícios socioassistenciais, garantindo o funcionamento permanente dos 08 CRAS (incluindo o transporte marítimo do CRAS Móvel, semanalmente, para a oferta de atendimento à população insular), CREAS, e das Unidades de Acolhimento para a Pessoa Idosa, Pessoa Adulta em situação de Rua, e Crianças e Adolescentes**



(incluindo alimentação diária dos usuários). Terminadas as explicações de Lucineide da Silva, e não havendo levantamento de questões, por parte dos presentes, a Presidente do CMAS, Elisângela Lúcia da Silva, coloca a Pauta em votação, ficando aprovada, por unanimidade, a Prestação de Contas do Ordenador de Despesas do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS (a gestão municipal da Política Pública de Assistência Social), referente ao ano de 2025. Para finalizar a Reunião, a conselheira Vanessa Queiroz comunica sobre sua participação recente na Reunião da CIB, na Secretaria Estadual, trazendo o informe de que a Câmara dos Deputados já aprovou a PEC 07/2026, que visa garantir 1% de orçamento para a Política de Assistência Social em todo o Brasil. Segundo a conselheira Vanessa, agora, o Estado pede para que os atores desta Política votem, através de uma consulta pública, pela mobilização em prol da aprovação do Senado. A conselheira Vanessa lembra que, a gestão da política de assistência, em todo o Brasil, sempre foi discricionária, o que significa que cada ente federado define seu orçamento próprio. Assim, uma porcentagem padrão anual garantiria a oferta exequível de programas e serviços que não vêm sendo financiados. Segundo a conselheira Vanessa, já houve municípios que, em épocas passadas, chegaram a fechar unidades públicas da Rede SUAS, por não conseguirem garantir recursos permanentes. A conselheira Jamily Albano sugere que o link da consulta pública da PEC 07/2026 seja enviado para os demais Conselhos Municipais, Vinculados à gestão do SUAS, a fim de que também sejam alertados da importância desta votação. Não havendo outros assuntos, esta Assembleia se encerra às dez horas, e a Presidente do CMAS de Angra dos Reis, Elisângela Lúcia da Silva, junto à técnica da Secretaria Executiva do Conselho, Vanessa Trindade Teixeira, assinam e lavram esta Ata

.....

 Elisângela Lúcia da Silva
 Presidente CMAS
 de Angra dos Reis, RJ

.....

 Vanessa Trindade Teixeira
 Técnica da Secretaria Executiva
 do CMAS de Angra dos Reis